

Senado faz plano para reduzir gratificações

Teresa Cardoso

BRASÍLIA — Um verme chamado *função gratificada* está corroendo quase 40% da folha de pagamento do Senado Federal e um estudo que absorveu cinco meses de trabalho, destinado a exterminar esse prejuízo, pode ir para o lixo daqui a uma semana. No próximo dia 10, a Mesa do Senado se reúne para examinar o projeto que reestrutura a administração da Casa e elimina as funções gratificadas. Mas, como é uma Mesa em final de mandato, não vai tomar uma decisão impopular como essa e, portanto, a proposta pode voltar à estaca zero.

Não há um só funcionário do alto escalão do Senado que acredite na sobrevivência do projeto que põe fim à função gratificada. Um senador que integra a direção da Casa conta que só em início de mandato uma Mesa tem coragem de tomar medidas administrativas impopulares. Exemplo disso foi praticado pelo ex-senador José Fragelli (PMDB-MS) que, ao assumir a presidência do Senado em 1985, reduziu drasticamente os gastos com biscoitos, café e água mineral, recusando-se também a nomear funcionários sem concurso.

Distorções — Em fim de mandato, o que a Mesa do Senado mais deseja é ser generosa, comenta outro parlamentar, lembrando que foi faltando um mês para deixar a presidência da Casa que, em 1984, o ex-senador Moacyr Dalla (PDS-ES) deu partida ao *trem da alegria* que ampliou em 570 funcionários o quadro da Gráfica do Senado. Vistas isoladamente, as funções gratificadas não significam muito dinheiro — vão de NCz\$ 42,00 a NCz\$ 192,00. O problema é que elas beneficiam indiscriminadamente quase cinco mil funcionários, constituindo uma das piores distorções administrativas do Legislativo.

Inventada para beneficiar o servidor mais qualificado e para incentivar o desempenho funcional do desqualificado, a função gratificada (conhecida como *FG*) hoje produz efeitos contrários. Ela desestimula aquele que não a recebe porque o funcionário que tem função gratificada não a conseguiu por mérito, mas por ser apadrinhado por alguém com poderes na Casa. O funcionário beneficiado da função gratificada, querendo, não precisa trabalhar. Diante da situação desigual, o que não tem função gratificada pergunta por que ele, que não recebe *FG*, vai trabalhar?

A idéia de fazer uma reforma administrativa e acabar com a *FG* foi apresentada pelo senador Jutahy Magalhães

(PMDB-BA). Primeiro secretário da Mesa do Senado, todo mês ele diz que se assusta com a folha de pagamento de pessoal, em janeiro superior a NCz\$ 22 milhões. Jutahy descobriu que se acabar com os cargos de chefias inúteis, só na Gráfica do Senado economizará NCz\$ 30 mil, referentes a 20 funções. Se conseguisse a proeza de acabar com as 240 chefias inúteis do organograma do Senado, economizaria algo em torno de NCz\$ 360 mil — ou 1,6% da folha.

Mas Jutahy também não tem muitas esperanças nessa reunião do próximo dia 10. “Espero que pelo menos se decida enviar o projeto ao plenário, para que todos apresentem sugestões.

“Câncer” — Na proposta de resolução que altera as normas sobre vantagens de pessoal da Casa, ele modifica logo a definição de função gratificada, que passa a ser apenas “a atividade correspondente a encargos de chefia e de secretariado”. A antiga definição de *FG*, que data de 1972, propiciou a criação de uma quantidade de chefias, coordenações e órgãos supervisionados da qual nem a presidência da Casa tem um número exato. Segundo um assessor do presidente do Senado, Humberto Lucena, “é necessário encomendar uma simulação ao computador do Prodasen para se ter um número confiável”. Já Jutahy diz: “É preciso que se extirpe esse câncer da função gratificada que, entre outras distorções, nivela por baixo, reduz o moral, anula a motivação e subverte o desempenho funcional.”

Fora essas inúmeras funções gratificadas, o Senado tem 20 cargos em comissão de DAS-3 (gratificação de NCz\$ 353,53) e 37 diretores que recebem comissões DAS-4 (NCz\$ 403,03), DAS-5 (NCz\$ 459,45) e DAS-6 (NCz\$ 523,77). *Só vou trabalhar se tiver gratificação*, essa é a frase mais ouvida quando um chefe convida alguém para trabalhar num setor. Esse alguém pode ser desde um técnico com mestrado na Europa a um copeiro.

Por isso, para conseguir servidores ao longo dos últimos 17 anos, os chefes de seção foram inventando sub-chefias, sub-seções, sub-divisões, sub-setores e sub-coordenações, multiplicando o pagamento de funções gratificadas. Outro assessor de Lucena diz que é comum se ver seção de dez funcionários, em que nove têm funções gratificadas e um é, sucessivamente, chefe do outro. De acordo com o primeiro secretário do Senado, isso não é nada, pois ele já viu ali até “as chefias de si próprias”, isto é, o chefe que não tem a quem chefiar.